

**(X) Graduação ( ) Pós-Graduação**

## **ACESSO À LEITURA LITERÁRIA NA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA DE NAVIRAÍ**

**Roseli Maria Rosa de Almeida**  
UFMS/CPNV  
roselimariarosa@yahoo.com.br

**Gabrieli da Silva**  
UFMS/CPNV  
gabrieli.s@ufms.br

### **RESUMO**

Apresentamos o Projeto de Extensão "Leitura e Cultura: Ferramentas de transformação pessoal e social", que vem sendo desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Câmpus de Naviraí, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Prática Educativa e Tecnologia Educacional, em parceria com a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN e Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí-MS (PSMN). O trabalho é desenvolvido no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Naviraí-MS (denominado PSMN), que é destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado, com 81 custodiados. O objetivo do projeto é incentivar a leitura literária, de forma a democratizar a cultura no país, além disso, oferecer a possibilidade de Remição de Pena, por meio da realização de reescritas das obras lidas. A metodologia inclui aulas por Plataformas Digitais (gravadas e exibidas aos custodiados), conversas com escritores, leitura de obras literárias e reescritas das obras lidas. Durante o desenvolvimento do projeto são realizadas avaliações constantes, possibilitando reorganizar as etapas. Os resultados iniciais são promissores, pois houve um envolvimento dos participantes e colaboradores do projeto: custodiados, estudantes do curso de Pedagogia, agentes penitenciários e demais envolvidos no trabalho.

**Palavras-chave:** Leitura literária; Democracia cultural; Custodiados; Acesso à leitura.

## 1. INTRODUÇÃO

A leitura é atualmente considerada uma prática cultural relevante, e quase sempre, condição para o exercício da cidadania. Na sociedade contemporânea associa-se a leitura com a cultura, o desenvolvimento e a educação do indivíduo. Historicamente, no entanto, nem sempre foi assim, o valor atribuído às práticas de leitura sofreu mudanças ao longo da história da humanidade. É com a Idade Moderna ou Modernidade que ocorre a chamada Revolução da Imprensa, momento em que se começa a impressão de textos e uma maior circulação dos materiais escritos, facilitando assim, a divulgação dos textos para um número mais amplo de pessoas.

Por sua vez, a contemporaneidade trouxe a revolução do texto eletrônico (CHARTIER, 1994) e com ele todas as formas e modalidades do que se tem chamado de “leitura extensiva”, uma leitura mais rápida e superficial dos textos, uma “navegação” pelas páginas dos hipertextos da Internet. Mas, até mesmo a revolução tecnológica pode ampliar ainda mais as distâncias entre aqueles que dominam ou não essas novas formas de leitura (CHARTIER, 1994), o que nos expande a responsabilidade social em desenvolver projetos e ações para que as diferentes práticas de leitura cheguem aos brasileiros, em particular, àqueles que não têm acesso frequente à leitura, especialmente a literária, que é feita por gosto, por lazer, por prazer.

As camadas populares no país têm pouco acesso aos livros e à leitura, começando pela escolarização, pois, muitos frequentaram apenas os anos iniciais do ensino fundamental, o que permite ainda uma leitura rudimentar dos textos. Abreu (2008, s.p) enfatiza que:

Não parece necessário fazer campanhas para divulgar a ideia de que ler é um prazer, de que ler faz bem para as pessoas - pois elas demonstraram que já acreditam nisso. Mas é preciso criar condições sociais para que o desejo de ler torne-se realidade, enfrentando as violentas desigualdades sociais brasileiras.

É prudente lembrar que no Brasil há uma crença de que a população não lê, mas não lê o quê? De quais práticas de leituras estamos falando? Quais são as reais possibilidades de leitura da população brasileira? Sabe-se que lemos por diferentes motivos: para escrever, para nos emocionarmos, para buscar outros mundos possíveis, para buscar uma informação, entre outras finalidades. Talvez as questões deveriam ser reformuladas, pois precisamos debater: os brasileiros têm acesso à leitura? Foram escolarizados? Ou uma grande parte ainda tem níveis rudimentares de leitura e escrita? Se tentássemos responder a essas questões poderíamos pensar

formas e estratégias de “fazer chegar a leitura aos brasileiros”, promovendo um processo de democratização cultural.

Outra ideia recorrente no Brasil é de que o brasileiro não gosta de ler. No entanto, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020), que vem sendo realizada desde 2001, mostrou que ao contrário do que se pensa, o brasileiro dá importância à leitura e ao livro, pois, “89% veem neles um meio eficaz de transmissão de ideias; 82% acham que é uma importante forma de se atualizar; 81% acreditam que é importante ler para os filhos; 78% gostam de ler livros; 62% leram ou consultaram livros em 2000; 30% leram livros nos três meses que antecederam a pesquisa; 20% compraram ao menos 1 livro em 2000; 14% estavam lendo um livro no dia da entrevista (ABREU, 2008, s.p).

Abreu (2001) salienta que o desconhecimento das práticas efetivas de leitura realizadas no Brasil, ou mesmo a sua negação, promovem equívocos de associarmos “leitura” a ideias de conforto, intimidade, saber, tranquilidade e prazer. No entanto, sabemos que muitos brasileiros não leem desta maneira e nem têm as possibilidades concretas de participarem de eventos de leitura e escrita que ampliem seu universo cultural. Para Abreu (2001) é preciso que os brasileiros tenham condições para serem leitores.

Se considerarmos ainda a ocorrência da pandemia de COVID-19, em especial no ano de 2020, podemos afirmar que houve um prejuízo na escolarização no Brasil e especialmente nos presídios, uma vez que as aulas foram interrompidas o ano todo, o que acarretou ainda mais danos à população carcerária, que frequentemente fica à margem de projetos e/ou eventos de leitura e escrita.

## **2. ESTRUTURA E SUJEITOS DA PESQUISA**

Desta maneira, aos sermos convidados para participar de uma parceria com a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN e Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí-MS (PSMN), elaboramos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o projeto de extensão, que tem por objetivo geral, implementar um trabalho de incentivo periódico à leitura literária e reescrita de textos que ofereça possibilidades de ampliação do universo cultural dos custodiados da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí-MS, bem como de Remição de Pena, por meio da participação dos internos nas atividades de reescritas propostas no projeto.

O Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Naviraí-MS (denominado PSMN) é destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado. Foi inaugurado em 29 de março de 2006 e está localizado na Estrada Canavieira, Km 06, Zona Rural, Naviraí-MS. Naviraí é um município do Estado do Mato Grosso do Sul que se estende por 3.193,6 km<sup>2</sup> e conta com a estimativa populacional de 55.689 pessoas (IBGE, 2020).

A fim de implantarmos o projeto, levantamos por meio do setor educacional da PSMN, a escolarização dos custodiados e o levantamento mostrou que há 700 internos na PSMN e 81 aptos (de acordo com critérios específicos do sistema prisional) a participarem do projeto. Segundo Miotto (2017) a Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984), alterada pela Lei nº 13.163, de 2015 (BRASIL, 2015), estabelece na Seção V “Da Assistência Educacional aos apenados” entre outras questões, o ensino obrigatório, tanto a instrução escolar, quanto para a formação profissional. Além disso, há previsão de dotar cada estabelecimento prisional de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

O Projeto de Extensão se pauta em trabalhos como o “Projeto de Remição de Pena pelo Estudo através da Leitura: O CONHECIMENTO LIBERTA”, implantado em estabelecimentos penais do Estado de Mato Grosso do Sul pela AGEPEN-MS (AGEPEN, 2021) e em outros projetos precursores desenvolvidos no país, como o de Elisande de Lourdes Quintino (CALEGARI, 2018), da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), um projeto de leitura e produção de resenhas, chamado “Leitura Liberta”, desenvolvido no Complexo Penitenciário de Hortolândia, no interior de São Paulo, além de outros semelhantes espalhados pelo Brasil.

Assim, considerando todos os aspectos apontados pela literatura da área, o projeto de Extensão "Leitura e Cultura: Ferramentas de transformação pessoal e social" abre as possibilidades de leitura para os custodiados da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí-MS, como forma de democratização da leitura no Brasil e rompimento de barreiras culturais segregacionistas entre os que detém e os que não detém as possibilidades de acesso à leitura literária e/ou à cultura letrada.

Ainda não temos como avaliar os resultados do trabalho, pois iniciamos o projeto a pouco tempo, mas conforme observamos nos primeiros textos produzidos pelos custodiados e analisados pela equipe do projeto, a extensão está oferecendo condições para que os participantes da PSMN sejam leitores e que possam ter essa prática como parte do seu dia a dia, condição que poderá facilitar outras demandas, quando já tiverem cumprido as penas de

reclusão, tais como, o acesso ao mercado de trabalho e a continuidade dos estudos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, M. **Ler e Navegar**: Espaços e Percursos da Leitura. Belo Horizonte, MG: Ceale, 2001.

ABREU, M. **Diferentes formas de ler**. 2008. Disponível em  
<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm> > Acesso em 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1984. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.163**. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2015. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113163.htm). Acesso em: 21 jan. 2021.

CALEGARI, L. Projeto dá visibilidade aos principais leitores do Brasil: os presidiários. **Revista Exame**, São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/projeto-da-visibilidade-aos-principais-leitores-do-brasil-os-presidiarios/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CHARTIER, R. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 08, n. 21, 1994. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000200012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200012). Acesso em: 10 fev. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário. **Projeto Remição pela Leitura**. 2021. Impresso.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Naviraí. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai>. Acesso em: 10 fev. 2021.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. Disponível em  
<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 8 jan. 2021.